

# **35° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

**GT30 - RELAÇÕES RACIAIS: DESIGUALDADES,  
IDENTIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**COTAS UNIVERSITÁRIAS E CRITÉRIOS DE JUSTIÇA: A  
PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Paulo Sérgio da Costa Neves

## **COTAS UNIVERSITÁRIAS E CRITÉRIOS DE JUSTIÇA: A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS<sup>1</sup>**

Paulo S. C. Neves<sup>2</sup>

O debate sobre as ações afirmativas no Brasil tem sido tensionado pela passionalidade com que os atores sociais envolvidos abordam a questão no espaço público. Com efeito, a adoção de políticas de ações afirmativas ao longo dos anos 2000, notadamente as cotas universitárias para alunos pobres e/ou não brancos, incitou um debate público dos mais intensos entre nós, com repercussões tanto no âmbito da mídia quanto nos debates parlamentares, acadêmicos e judiciais. Entender as razões da importância que esse debate ganhou na sociedade brasileira é um dos desafios mais instigantes que se colocam para as ciências sociais brasileiras na contemporaneidade.

Afinal, por que as cotas são vistas, segundo a perspectiva adotada, como tão perniciosas ou, ao contrário, tão promissoras para a discussão sobre desigualdades ou discriminações no país? E por que, dentre todos os modelos de ações afirmativas adotadas, são as cotas raciais nas universidades públicas as que mais tem atraído a atenção dos atores sociais nos debates públicos, mesmo quando se sabe que as cotas puramente raciais são minoritárias nas universidades do país?

Não pretendemos nesse texto dar respostas a essas questões, nem propor uma leitura do problema que possa tornar o debate menos apaixonado ou virulento. Nosso objetivo aqui, por ser mais modesto, tem uma razão de ser mais pragmática: buscamos entender os impactos das cotas e de outras formas de ações afirmativas nas universidades e para além delas. Impactos não apenas no âmbito sócio econômico, mas também culturais e simbólicos na sociedade brasileira contemporânea.

---

<sup>1</sup> As pesquisas que deram origem a esse texto contaram com o apoio do CNPQ, da FAPITEC-SE e da UFS-PIBIC. Participaram da fase de coleta de dados, as bolsistas Maria Érica Santana de Souza, Lumara Cristina Martins Santos, Morena B. M. de Freitas e Vivianne Caroline Santos Sobral. Como de praxe, nenhuma dessas pessoas ou instituições podem ser responsabilizadas pelo teor do texto que se segue, o qual é de minha inteira responsabilidade.

<sup>2</sup> Professor do Departamento e do Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.

Apesar da virulência da polêmica e da indefinição jurídica que cerca a temática (ao menos até o julgamento pelo STF da ação de inconstitucionalidade impetrada pelo DEM contra o sistema de cotas na UnB), pode-se afirmar que a aceitação social das políticas afirmativas de cunho universitário está se ampliando, uma vez que estas estão sendo aplicadas de forma direta (através da reserva de vagas) ou indireta (através de bônus nos vestibulares para certas categorias da população) por mais de 70 universidades públicas, número que não cessa de aumentar.

Da mesma forma, segundo pesquisa realizada pelo DATAFOLHA em julho de 2006, 65% dos entrevistados apoiavam as cotas raciais e 87% as cotas sociais. Dados que não são muito distantes da pesquisa realizada a pedido do DEM, partido que tem posicionamento contrário às cotas, em setembro de 2009, na qual 75 % dos entrevistados apóiam as cotas sociais, 11% defendem as cotas raciais e apenas 9% são contra ambas (a diferença entre essa pesquisa e a anterior é que nesta o entrevistado deveria optar por apenas uma das opções de cotas, enquanto que na pesquisa anterior do DATAFOLHA, havia a opção de se optar pelas duas opções). O que essas duas pesquisas mostram é que a maioria da população é favorável à adoção de cotas para grupos socialmente desfavorecidos.

Assim, o que se pode afirmar é que se as cotas no passado eram estigmatizadas, a partir de pelo menos meados dos anos 2000 a aceitação das mesmas tornou-se cada vez maior na opinião pública, ao mesmo tempo em que o debate na imprensa e nos meios acadêmicos tornaram-se mais virulentos.

O que isso significa? Afinal o que aconteceu no Brasil entre o final dos anos 1990 e os anos 2000?

As cotas mexem com o ideal igualitarista da modernidade. Por colocar na ordem do dia que o mérito não depende apenas do mérito individual, mas também de condições sociais específicas (o fato de se nascer ou não em certos meios sociais, de ser ou não filho de certas categorias sociais, etc.), elas trazem à tona todas as contradições que vem sendo apontadas pelos socialistas de todos os matizes e anarquistas das situações de igualdade nas sociedades capitalistas, onde o discurso da igualdade camufla as desigualdades sociais.

Exatamente por isso, o debate sobre as cotas é sobretudo um debate sobre os critérios de justiça, sobre o justo e injusto, sobre que se pode chamar de regimes de justiça, para usarmos uma expressão cara a Boltanski e Thévenot (1992).

Neste texto, propomo-nos a analisar essa problemática a partir da experiência de introdução de cotas universitárias na Universidade Federal de Sergipe, onde o debate ganha corpo desde meados dos anos 2000, culminando com a implantação, no início de 2010, de um sistema de cotas para alunos oriundos da escola pública (50% das vagas) e para negros (70% das vagas alocadas para a escola pública).

A partir de pesquisas realizadas junto aos estudantes da universidade (envolvendo surveys, entrevistas e observação participante), antes e após a implantação das cotas e de pesquisas sobre os termos do debate público sobre as cotas em eventos organizados para discutir-se essas medidas, buscaremos analisar como as cotas afetam os discursos dos estudantes acerca da justiça ou não dessas medidas. Pretendemos com isso, identificar os “critérios de justiça” que são agenciados pelos atores sociais investigados quando a temática das cotas universitárias é abordada.

Além disso, através do acompanhamento do processo de implantação das cotas na Universidade Federal de Sergipe (notas dos alunos, questionários do vestibular, aplicação de questionários por semestre para professores e alunos, análise das ações jurídicas implementadas contra as cotas, entrevistas aprofundadas com cotistas e com membros de suas famílias, etc.) buscaremos verificar os impactos das ações afirmativas nas estratégias de alguns dos agentes concernidos.

Sob diversos pontos de vista, a implantação das cotas universitárias na Universidade Federal de Sergipe nos ajuda a compreender as transformações que as cotas introduziram no universo simbólico do país.

No início do debate nessa Universidade, entre o final dos anos 1990 e meados dos anos 2000, as resistências à implantação de ações afirmativas eram bem acentuadas, tanto ao nível da administração quanto da comunidade universitária. Diversos fatores iriam alterar essa situação nos anos seguintes. A tomada de posição do governo federal em favor das cotas universitárias ao introduzir esse dispositivo no projeto de reforma universitária enviado ao congresso, bem como mudanças na composição de forças no

seio do movimento estudantil a nível local (com a chegada ao poder de grupos que vão defender as cotas universitárias) e do movimento sindical dos professores da UFS, cuja entidade representativa passa a apoiar as cotas sociais, vão tornar o clima interno mais favorável à discussão sobre as cotas na instituição.

Desse modo, quando a reitoria solicita do NEAB, em fins de 2007, a elaboração de um projeto para a introdução de políticas afirmativas para estudantes pobres e negros, mudanças simbólicas importantes estavam já em curso no interior da universidade, como se a mesma pusesse-se a andar no mesmo compasso das mudanças que se passavam no âmbito nacional. Algo aconteceu entre 2005 e 2008, ano da aprovação das cotas no conselho universitário da UFS.

Assim, uma análise mais aprofundada da experiência de ação afirmativa da Universidade Federal de Sergipe, que emprega critérios tanto sociais quanto raciais, é uma boa maneira de compreender como a questão racial está se modificando no Brasil contemporâneo.

O estudo que deu origem a esse texto está assentado em algumas hipóteses norteadoras. Parece-nos plausível sustentar que as cotas para afro-descendentes nas universidades públicas tornaram-se um tema explosivo por colocar em evidência duas questões primordiais na sociedade brasileira: a desigualdade social e a identidade nacional. Ou seja, as cotas não só põe em questão a percepção da justiça em vigor na sociedade como também leva a uma reavaliação da auto-representação de si próprios pelos brasileiros.

Além disso, as cotas desestabilizariam também algumas identidades regionais no país. Tentei mostrar alhures (Neves, 2001) como a questão negra no Brasil ganha cores regionais distintas; isso a partir do exemplo do estado de Sergipe, onde uma forte identificação com a figura mítica do sertanejo torna os discursos militantes de valorização da identidade negra de difícil aceitação.

O que significa dizer que não apenas as realidades regionais são diferentes em termos de composição da população mas também em termos de auto-representação. Com isso, em estados em que a identificação em termos raciais é pouco difundida, como em Sergipe, a aceitação das cotas tenderia a ser menor (ou, ao menos, mais discreta) que em estados onde a presença de discursos racializadores é mais forte.

Por fim, uma outra hipótese é que as cotas universitárias para afros-descendentes tornaram-se tão polêmicas por interferir no processo de seleção de uma instituição que ocupa um lugar simbolicamente importante na reprodução das elites no país. No imaginário nacional, o acesso às universidades é considerado como o principal meio de ascensão social e de obtenção de status de amplos setores da população.

No plano teórico, este texto parte da idéia, cara a diversos autores (Walzer, Boltanski, Mouffe, Dubet), de que os critérios de justiça não podem ser pensados como critérios unívocos e universais.

Para François Dubet (2006), por exemplo, qualquer teoria da justiça, quer seja a dos filósofos ou dos próprios atores, está baseada em três princípios: igualdade, liberdade e reconhecimento. Contudo, à diferença de outros autores, ele não vê como seja possível definir a priori qual desses princípios tem a primazia em relação aos outros, pois cada sociedade e cada indivíduo podem legitimamente erigir um desses princípios como o mais importante. Além disso, se nos posicionarmos do ponto de vista das percepções de justiça e de injustiça dos atores, o mais comum é que haja combinatórios entre os vários princípios arrolados acima, inclusive no que eles têm de contraditórios.

A discussão sobre o justo e o injusto deve, pois, no âmbito das ciências humanas, analisar quais os valores que estão subentendidos nas concepções de justiça que prevalecem em uma sociedade em determinadas épocas. A definição do justo e do injusto é, pois, uma questão política, que tem a ver com relações de forças e com imaginários sociais hegemônicos na sociedade (Mouffe, 1991).

## COTAS E SEUS IMPACTOS NA VIDA UNIVERSITÁRIA

A análise de alguns indicadores de desempenho acadêmico dos alunos cotistas no primeiro ano de implantação das cotas na UFS dá-nos uma idéia das primeiras repercussões das cotas no interior dessa universidade. Assim, se tomarmos os dados de abandono de curso, de reprovações por falta e de médias dos alunos podemos ter uma primeira idéia de como as cotas tem afetado o cotidiano universitário.

Um primeiro ponto a ser analisado é a taxa de abandono dos alunos. Afinal, um dos principais argumentos avançados contra a introdução do PAAF era que os alunos

oriundos do sistema de cotas, por contingências materiais muito mais prementes, seriam obrigados a abandonar os cursos em maior número que os alunos não cotistas. O que os dados analisados nos mostram é que esse fenômeno não se verificou, sendo que no geral a tendência para o abandono dos cursos é ligeiramente superior entre os alunos não cotistas, tanto no que se refere à UFS como um todo quanto em relação aos cursos mais concorridos, a exemplo dos cursos do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), onde os não cotistas, embora sejam um pouco menos que 50% dos alunos aprovados no vestibular, foram responsáveis por 54% dos abandonos de cursos.

Há muito ainda que se investigar sobre essa tendência, contudo uma primeira hipótese explicativa é que os alunos não cotistas participaram em maior número de vestibulares concomitantes, alguns dos quais foram aprovados em outras universidades após a matrícula na UFS. Além disso, esses alunos também, por terem maior poder aquisitivo, têm maior liberdade de ação para abandonar cursos que não correspondem às suas expectativas e se prepararem para novos concursos vestibulares.

Seja como for, é importante sublinhar aqui que os dados obtidos desfazem algumas das críticas ao sistema de cotas na UFS que previam que os alunos cotistas, por terem situações econômicas mais precárias, não teriam condições de manterem-se na universidade. Ora, não é isso que está ocorrendo até o momento, mesmo em cursos que exigem uma dedicação maior do alunado, a exemplo dos cursos de medicina e odontologia, onde não houve abandonos de curso.

Também no quesito reprovações por falta os alunos não cotistas apresentaram taxas superiores aos alunos cotistas, com cerca de 56% do total de reprovações por falta na universidade. Isso se deu provavelmente pelas mesmas razões que explicam as maiores taxas de abandono dos cursos pelos não cotistas. De todo modo, o que se pode afirmar é que eles também foram os que mais tiveram reprovações por falta em 2010.

Aqui, as exceções ficariam por conta de alguns cursos tecnológicos. Nos cursos de engenharias, por exemplo, em geral os alunos cotistas reprovam mais por faltas que os não cotistas.

Quando observamos mais de perto esse fenômeno, ao concentrarmos a atenção nas disciplinas onde os índices de reprovação por falta são maiores, verificamos que os

não cotistas reprovam mais na maioria das disciplinas, exceto naquelas em que há maiores exigências em termos de conhecimentos matemáticos, a exemplo de “Cálculo I”, “Vetores e Geometria Analítica”, “Química I”, “Matemática Básica”, etc. onde a situação se inverte, os cotistas apresentando taxas de reprovação por falta ligeiramente superiores.

Com relação ao desempenho acadêmico dos alunos a expectativa inicial era de que houvesse uma grande discrepância entre os cotistas e não cotistas, haja vista as diferenças que existem entre o ensino público e o privado ao nível dos ensinos fundamental e médio no país. Os resultados analisados até aqui, contudo, mostram que essa discrepância é menor do que se podia imaginar inicialmente.

Se tomamos como parâmetro as médias gerais ponderadas de todos os alunos da UFS, por exemplo, percebe-se que em um contexto de médias ponderadas relativamente baixas para todos os grupos de entrada no vestibular, as diferenças entre a média de todos os alunos e os alunos das cotas para escolas públicas são inferiores a 0,4 pontos.

Assim, por exemplo, enquanto a Média Ponderada de todos os alunos que ingressaram em 2010 (cerca de 3.443) era de 5,8, a dos alunos que ingressaram pelas cotas C (alunos afro-descendentes oriundos de escolas públicas) era de 5,7 (apenas um décimo abaixo da média geral). Já os alunos da cota B (alunos oriundos de escolas públicas independente de origem racial) tiveram média de 5,5 e os da cota D (Deficientes) 4,3. Como se vê, os alunos das cotas B e C não apresentam uma grande diferença em relação à média do conjunto do alunado e nem mesmo em relação aos alunos que entraram sem cotas (A), cuja média foi de 5,9.

O grupo que apresenta maiores distâncias em relação à média geral é o grupo oriundo das cotas D (para portadores de deficiências), o que, em parte, pode estar relacionado à adaptação necessária da UFS e de sua comunidade acadêmica às necessidades especiais desse grupo.

Contudo, na maioria dos cursos da UFS não houve grandes disparidades entre as notas obtidas entre cotistas e não cotistas. Mesmo em cursos altamente competitivos, como medicina e odontologia, as diferenças foram menores do que previstas pelos críticos mais acerbos: em medicina, os não cotistas tiveram média de 8,2 enquanto os cotistas B obtiveram a média de 8,1, enquanto que em odontologia os alunos da cota B tiveram média 7,2, superior à média dos não cotistas (6,5).



Ainda aqui, a exceção ficou por conta dos cursos da área de exatas, no CCET, onde em geral as diferenças das médias ponderadas entre cotistas e não cotistas foram relativamente mais importantes que nos outros centros, os não cotista obtendo em alguns cursos médias superiores a 1 ponto às médias dos cotistas. Pode-se supor que temos aqui a constatação de que o grande diferencial entre as escolas privadas de melhor qualidade e as escolas públicas refere-se, sobretudo, ao ensino de matemática e ciências exatas. O que deveria servir de alerta aos gestores da educação pública aos níveis estadual e municipal sobre os esforços que devem ser feitos nessas áreas.

De todo modo, pode-se perceber da avaliação do PAAF até o momento que, apesar de haver algumas discrepâncias ente os alunos cotistas e não cotistas (o que já era esperado), essas discrepâncias não são, como se imaginou em um primeiro momento, relevantes ou sempre favoráveis aos não cotistas. Isso significa que, ao menos do que se pode observar até aqui, o impacto das políticas de ações afirmativas sobre a qualidade do ensino na UFS foi mínimo.

Ainda é cedo para tecermos comentários definitivos ou embasados por uma base de dados mais sólida e temporalmente mais longa, contudo os dados disponíveis indicam claramente que a implantação do sistema de reserva de vagas para alunos de escolas públicas e não-brancos não teve impactos significativamente negativos (exceto em certos cursos específicos, como em geral nos cursos das áreas de exatas) no desempenho acadêmico do conjunto da universidade.

As influências da adoção das cotas sobre a vida universitária não podem ser reduzidas ao desempenho acadêmico dos alunos cotistas. Para dar conta dessa necessidade, desenvolvemos duas outras vertentes, para além das que foram até aqui apresentadas.

Uma primeira refere-se à análise dos dados disponibilizados pela CCV acerca dos alunos aprovados no vestibular. Com isso pretendemos averiguar se a implantação do sistema de cotas está realmente respondendo aos objetivos que justificaram a sua introdução. Em outras palavras, está o sistema de cotas propiciando uma democratização (tanto em termos sociais quanto raciais) do acesso à universidade Federal de Sergipe?

Uma segunda vertente refere-se aos resultados de uma pesquisa de tipo survey realizada com mais de 1.800 estudantes dos diversos centros e campi da UFS. O objetivo aqui é o de checar como as cotas são percebidas por parte da comunidade acadêmica e em que sentido as cotas interferem nas suas percepções de justiça e de universidade ideal. Ou seja, a questão que se busca responder é a de saber se as cotas estão criando tensões sociais e raciais entre os estudantes ou, ao contrário, incitando uma maior mistura social, mesmo em cursos tradicionalmente freqüentados apenas por indivíduos oriundos das camadas mais altas da sociedade?

Quanto à primeira gama de questões, pode-se afirmar que as cotas estão realmente modificando o perfil dos alunos que ingressam na Universidade. Se compararmos o perfil dos alunos aprovado no vestibular de 2009 (último ano antes da implantação das cotas) com o perfil dos aprovados no vestibular de 2010 (primeiro ano de implantação das cotas), por exemplo, percebe-se uma nítida mudança, tanto em termos de origem social, quanto em termos de auto-definição em termos de cor da pele.

Assim, uma primeira mudança diz respeito ao tipo de escola na qual os alunos terminaram o ensino médio. Enquanto no vestibular de 2009 51,45% haviam cursado o ensino médio em escolas privadas, em 2010 esse número havia caído para 38,52%. O que se explica pelo fato de que nem todos os alunos de escola pública escolheram entrar pelas cotas de 50% para esse grupo (seja por razões ideológicas, seja por haver cursado parte do ensino fundamental em escolas privadas), como também pelo fato de que a obrigatoriedade de 50% de alunos oriundos de escolas públicas atingiu também aos cursos que anteriormente eram majoritariamente ocupados por alunos egressos das escolas privadas, como é o caso de cursos como medicina, odontologia, direito, comunicação, psicologia e a maioria das engenharias

Com relação a esses cursos mais concorridos, percebe-se um crescimento dos alunos egressos da rede pública federal (em medicina, apenas 1% dos aprovados em 2009 eram oriundos dessa rede, enquanto que em 2010, esse número passa para 25%; em direito diurno, esses valores passam de zero% em 2009 para 20% em 2010 e em engenharia civil, esses percentuais passam respectivamente de 3,3% para 11,25%). Contudo, se levamos em consideração o conjunto da universidade, percebe-se que houve

mesmo uma leve redução do percentual de vagas ocupadas por esses alunos, pois se em 2009 eles representavam 6,84% dos aprovados, em 2010 eles eram 6,03%. Ou seja, embora esses alunos estejam sobre-representados nos cursos mais concorridos, eles não aumentaram sua participação relativa no conjunto das vagas ofertadas pela UFS.

Com relação à composição do alunado em termos de cor de pele, observa-se, como era de se esperar, um certo enegrecimento dos aprovados no vestibular de 2010, como se percebe no quadro abaixo:

**COMPOSIÇÃO RACIAL DOS APROVADOS NOS VESTIBULARES DE  
2009 E 2010 DA UFS**

ANO	RAÇA/COR DA PELE (%)				
	BRANCA	PARDA	NEGRA	ORIENTAL	INDIGENA
2009	31,78	54,68	12,45	0,14	0,96
2010	24,70	59,29	14,98	0,08	0,95

Como se vê, após a adoção das cotas a composição racial dos aprovados encontra-se mais próxima da composição étnico/racial da população do Estado de Sergipe, segundo dados do IBGE de 2010 (28% de brancos, 61% pardos, 8,9 % de pretos e 2,1% de amarelos, índios e outros).

Isso é sobretudo verdadeiro para os cursos de maior concorrência, onde anteriormente a proporção de estudantes brancos era bem superior ao percentual de brancos na composição da população, a exemplo de medicina (onde o percentual de brancos se reduz de 45% para 36%, entre 2009 e 2010), Odontologia (com redução de 50% para 38% nesse mesmo período) ou Engenharia Civil (onde a presença de brancos passa de 60% para 27,5%), etc..<sup>3</sup>

Obviamente essa diminuição da participação dos brancos se faz acompanhar de um acréscimo da presença de pardos e pretos entre os alunos desses cursos, nos quais a

---

<sup>3</sup> Para visualizar as mudanças provocadas pelas cotas no que se refere à composição étnico-racial do alunado aprovado no vestibular da UFS ver dados nos anexos.

participação dos brancos continua sendo superior ou igual à sua participação na população do Estado.

A mesma tendência democratizadora das políticas de cotas é percebida quando levamos em conta alguns dados que expressam a origem sócio-econômica dos alunos. Infelizmente não há questões ligadas ao valor da renda familiar no questionário preenchido pelos alunos quando do ato de inscrição no concurso vestibular (o qual serviu de base para os dados que se seguem). Com isso, para aferir o nível sócio-econômico dos alunos aprovados utilizaremos outras informações que não a renda, tais como: tipo de condução usado para ir à uiversidade, grau de instrução dos pais e atividade econômica dos pais.

Desse modo, quando analisamos o tipo de condução que os alunos aprovados nos concursos vetibulares afirmam que vão utilizar para se deslocar até a universidade, percebe-se que entre 2009 e 2010 diminui o número dos que afirmavam pretender usar carro particular. Em 2009 esses eram 14% do total dos estudantes e em 2010 esse valor havia sido reduzido para 10%. Em alguns cursos considerados de elite essa queda foi ainda mais espetacular, a exemplo de medicina (onde esses valores passam de 51% dos estudantes em 2009 a 36% em 2010), direito (cujos percentuais são, respectivamente, 45% e 34%), Engenharia Civil (que passa de 38% para 26%), etc.

Ou seja, isso tudo significa que o número de estudantes que possuem automóveis (seja a nível pessoal ou familiar) cai de forma moderada no conjunto dos estudantes e de forma expressiva entre os alunos de alguns cursos de grande concorrência. O que vem reforçar, ainda aqui, a idéia de que os cursos em que a adoção das cotas provocou maiores impactos foi justamente nos cursos ditos de elite.

Isso também se torna evidente quando analisamos as atividades profissionais e o nível educacional dos pais dos alunos. De uma maneira geral, no que se refere às atividades profissioais, a adoção das cotas fez crescer o percentual de desempregados e reduz o de funcionários públicos e o de sócios ou proprietários de empresas entre os pais de alunos. Tendência que se reforça nos cursos de maiores concorrências, a exemplo de medicina, direito e engenharia civil.

Desse modo, enquanto que, em 2009, dentre os pais dos alunos aprovados, 6,7% eram sócios ou proprietários de empresas, em 2010 esse percentual havia se reduzido para 5,6% (em alguns cursos específicos a diminuição desse grupo sócio-profissional foi muito mais forte, a exemplo de Engenharia, no qual esses valores baixam de 18% para 14%, e Direito, com redução de 11 para 9%). Do mesmo modo, reduz-se a participação de funcionários públicos entre os pais de alunos aprovados: ela era de 25,4% em 2009 e passa para 20,6% em 2010, sendo que em Medicina ela se reduz de 46% para 33%.em Direito de 57% para 26% e em Engenharia Civil de 32% para 26%.

Em contraste, a isso, o percentual de desempregados aumenta, passando de 4,6% em 2009 a 6,1% em 2010, sendo que em Direito esse percentual passa de 0 a 3%. Do mesmo modo, cresce o percentual de autônomos entre os pais de alunos, pois se em 2009 eles representavam 27,4%, em 2010 eles eram 29,5%, tendência com picos de aumento em Engenharia Civil, com crescimento de 8% a 31% e em Direito, com índices de 15% e 22% .

#### ATIVIDADES SÓCIO-PROFISSIONAIS DOS PAIS DOS ALUNOS APROVADOS NO VESTIBULAR

ATIVIDADES SOCIO- PROFISSIONAIS	CURSOS							
	ANO 2009				ANO 2010			
	Média UFS (%)	Medicina (%)	Direito (%)	Engenharia (%)	Média UFS (%)	Medicina (%)	Direito (%)	Engenharia (%)
Sócio ou dono de empresa	6,69	11	11	18	5,57	12	9	14
Funcionário Público	25,43	46	57	32	20,63	33	26	26
Autônomos	27,36	18	15	8	29,49	19	22	31

Desempregado	4,62	1	0	1	6,13	2	3	6
--------------	------	---	---	---	------	---	---	---

Obs. Total menor que 100% pois a tabela não inclui outras atividades sócio-profissionais

Ou seja, atividades sócio-profissionais que em geral têm rendas mais elevadas perdem espaço em relação a atividades com rendas menores. Merece especial atenção a queda da participação de funcionários públicos, que geralmente estão entre os segmentos sociais da classe média, entre os pais de alunos, sobretudo de alunos dos cursos mais concorridos.

Essa mudança no perfil social do alunado pode também ser inferida pelo nível educacional dos pais dos alunos aprovados. Assim, como as tabelas abaixo demonstram, a proporção de mães e de pais com nível universitário cai entre 2009 e 2010, ao passo que cresce o percentual dos que não freqüentaram escolas ou cursaram apenas o ensino fundamental. Assim como nos pontos anteriores, esse movimento é mais forte nos cursos mais disputados que no conjunto da universidade.

#### **Grau de Instrução das Mães dos Alunos Aprovados no Vestibular em 2009 e 2010**

Grau de Instrução da mãe	CURSOS							
	ANO 2009				ANO 2010			
	Média UFS (%)	Medicina (%)	Direito (%)	Engenharia (%)	Média UFS (%)	Medicina (%)	Direito (%)	Engenharia (%)
Não freqüentou a escola	3,6	0	0	0	6,1	1	6	1,3
Fundamental	32	8	10	11,6	35,7	17	25	27,5
Médio	33,6	25	21	26,7	31,9	22	21	20
Superior	30,8	67	69	61,7	26,3	60	48	51,2
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

#### **Grau de Instrução dos Pais dos Alunos Aprovados no Vestibular em 2009 e 2010**

Grau de Instrução do Pai	CURSOS							
	ANO 2009				ANO 2010			
	Média UFS (%)	Medicina (%)	Direito (%)	Engenharia (%)	Média UFS (%)	Medicina (%)	Direito (%)	Engenharia (%)
Não frequentou a escola	6,2	0	2	0	8,6	2	5	2,5
Fundamental	36	11	13	13,3	40,9	25	34	27,5
Médio	33,2	26	20	25	31,3	28	23	32,5
Superior	24,6	63	65	61,7	19,2	45	38	37,5
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

Tudo isso mostra que, ao menos no que se refere à abertura das portas universitárias para categorias sociais aí antes sub-representadas, as cotas têm respondido às expectativas que legitimaram a sua implantação na UFS. Seja no que se refere a uma maior presença de populações de origem humilde ou de negros e pardos, as cotas parecem estar cumprindo a contento seus objetivos.

Mas, qual seria a consequência disso para o modo como os indivíduos interagem no cotidiano universitário? Afinal, um dos argumentos mais usados para combater as cotas é a previsão de que elas iriam incitar o desenvolvimento do ódio racial no país. Nesse sentido, o que se pode dizer sobre os impactos das cotas sobre o modo de relacionamento entre os estudantes da UFS?

Para abordar essa questão, trazemos aqui os resultados de algumas pesquisas realizadas junto a estudantes da UFS ao longo do último ano e que tentam mapear o modo como as cotas intervêm nas relações sociais no interior da universidade.

A primeira dessas pesquisas foi um survey realizado entre outubro e novembro de 2010, com a aplicação de cerca de 1800 questionários junto a estudantes dos vários campus e centros da UFS. Destes questionários, 1614 foram tabulados e analisados através do programa de tratamento de dados estatísticos SPSS, dando origem aos dados que se seguem.

A maioria dos estudantes da UFS consultados (84,9%) identificou as desigualdades sociais como as principais fontes de injustiça no país, vindo a seguir os que julgavam que esse lugar era ocupado pelas discriminações raciais (10,3%) e pelas desigualdes entre os sexos (2,1%).

Com relação às desigualdades raciais, 64,3% consideraram que a situação econômica dos pretos e pardos é pior ou muito pior à situação dos brancos e 69,2% pensam que isso é injusto ou totalmente injusto. O que explica que, inquiridos sobre a existência de preconceito racial no país, 95,3% responderam afirmativamente. Quando questionados sobre a possibilidade de mudanças nessa situação de desigualdade, a grande maioria (83,2%) considerou que sim, era possível uma alteração desse quadro.

Porém, apenas 30% julgavam as cotas, ou outras formas de ações afirmativas, meios eficientes para promover a igualdade entre brancos, pretos e pardos.

**Cotas aumentam a igualdade entre brancos, pretos e pardos?**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Não	1129	70,0	70,0	70,0
Sim	485	30,0	30,0	100,0
Total	1614	100,0	100,0	

Temos aqui algo interessante, pois o reconhecimento das desigualdades não significa necessariamente a defesa de ações específicas de luta contra elas. Se os dados mostram o quanto a idéia da existência de disparidades entre brancos e não-brancos está disseminada na sociedade brasileira, isso não se traduz em apoio às ações afirmativas. É essa aparente contradição que nos ajuda a entender o que está em curso na sociedade brasileira com o debate sobre as cotas universitárias. Pois, se por um lado a questão racial aparece como uma fonte de injustiças, ela não é vista como mais importante que a questão social, identificada pela maioria como a principal fonte de injustiça do país. E,



mais ainda, como veremos, isso indica que para muitos as cotas sociais são meios mais eficazes que as cotas raciais para combater as desigualdades, inclusive de cor.

Isso pode ser visualizado no apoio que a maioria dos respondentes deu às cotas sociais, para estudantes oriundos das escolas públicas: 51,9% são favoráveis a essa modalidade de cota, em oposição a 35,1% contrários e a 14,1% sem posição definida.

### OPINIÃO SOBRE COTAS PARA ORIUNDOS DE ESCOLAS PÚBLICAS NAS UNIVERSIDADES

	Frequency	Percent	Cumulative Percent
Totalmente desfavorável	264	16,4	16,4
Desfavorável	302	18,7	35,1
Sem posição definida	227	14,1	49,1
Favorável	414	25,7	74,8
Totalmente favorável	407	25,2	100,0
Total	1614	100,0	

Contudo, a situação se inverte quando a questão abordada são as cotas para pretos ou pardos. Com 62,2% de opiniões contrárias às cotas para pretos e 60,9 % opostas às cotas para pardos, percebe-se que a oposição às cotas raciais é elevada entre os estudantes.

### Opinião sobre cotas para pretos nas universidades

	Frequency	Percent	Cumulative Percent
Totalmente desfavorável	519	32,2	32,2
Desfavorável	452	28,0	60,2
Sem posição definida	248	15,4	75,5
Favorável	211	13,1	88,6
Totalmente favorável	184	11,4	100,0
Total	1614	100,0	

## OPINIÃO SOBRE COTAS PARA PARDOS NAS UNIVERSIDADES

	Frequency	Percent	Cumulative Percent
Totalmente desfavorável	526	32,6	32,6
Desfavorável	457	28,3	60,9
Sem posição definida	289	17,9	78,8
Favorável	184	11,4	90,2
Totalmente favorável	158	9,8	100,0
Total	1614	100,0	

Isso não impede, no entanto, que uma pequena maioria dos estudantes (52,9%) considerem que não haverá disparidades entre o desempenho acadêmico de cotistas e não-cotistas ou que os cotistas serão discriminados no interior da universidade (51,6 %), alguns dos argumentos mais utilizados pelos que se posicionam contrários às cotas no debate público em torno da questão.

Ao que parece também, as cotas não estão criando identidades raciais cristalizadas. Para a grande maioria dos estudantes (90,5%) sua auto-classificação em termos de cor da pele deu-se pela própria cor e não por uma ancestralidade negra perceptível na cor de seus pais (apenas 5,5 % usam esse argumento). Do mesmo modo, embora 97% declarem estar de algum modo satisfeitos com sua própria cor, 68,3% não atribuem muita importância à cor de sua pele para sua vida (resposta dada em sua maioria por brancos e pardos, uma vez que a maioria dos pretos (64,4%) consideram a cor um elemento relevante de suas vidas).

### TABELA CRUZADA COR DA PELE X GRAU DE IMPORTÂNCIA DA COR

	Grau de importância da cor	Total

			Sem importância	Pouco importante	Medianamente importante	Muito importante	Extremamente importante	
Cor da pele	Preto(a)	Count	66	13	14	49	80	222
		% Cor da pele	29,7%	5,9%	6,3%	22,1%	36,0%	100,0%
	Pardo(a)	Count	436	125	95	96	87	839
		% Cor da pele	52,0%	14,9%	11,3%	11,4%	10,4%	100,0%
	Branco(a)	Count	231	73	43	11	6	364
		% Cor da pele	63,5%	20,1%	11,8%	3,0%	1,6%	100,0%
	Amarelo(a)	Count	67	24	12	2	4	109
		% Cor da pele	61,5%	22,0%	11,0%	1,8%	3,7%	100,0%
	Indígena	Count	6	2	5	0	1	14
		% Cor da pele	42,9%	14,3%	35,7%	0,0%	7,1%	100,0%
	Outra	Count	23	1	1	1	5	31
		% Cor da pele	74,2%	3,2%	3,2%	3,2%	16,1%	100,0%
Total		Count	829	238	170	159	183	1579
		% Cor da pele	52,5%	15,1%	10,8%	10,1%	11,6%	100,0%

À luz desses dados estatísticos, realizou-se uma série de pesquisas qualitativas, a segunda etapa das pesquisas realizadas, buscando entender o significado das cotas para os alunos da UFS. Destas pesquisas, destaca-se a organização de grupos focais com alunos cotistas para discutir as cotas e como a adoção desse sistema afetou suas vidas.. Até o momento, foram organizados dois grupos, com estudantes das áreas de medicina, direito, pedagogia e ciências sociais.

Algumas temáticas relevantes apareceram nesses grupos, as quais nos ajudam a pensar e a interpretar os dados quantitativos citados anteriormente.

Questionados sobre o que pensam das cotas, alguns membros do grupo focal disseram-se favoráveis às cotas sociais, mas não às cotas raciais, na medida em que seria difícil identificar quem é branco e quem preto no Brasil. Inclusive alguns membros do

grupo que participaram do sistema de cotas disseram terem sido aconselhados a se auto-classificarem pardos (uma vez que embora de tez clara eles apresentavam traços de mestiçagem), na medida em que desse modo eles teriam mais chances no processo de vestibular.

O interessante aqui é que embora à primeira vista isso pudesse ser interpretado como uma incitação das cotas ao desenvolvimento de identidades racializadas, os próprios alunos nos grupos focais colocavam que isso se deu de forma meramente instrumental, sem implicações mais fortes na sua auto-identidade, pois a questão da cor da pele não era vista como importante. Encontramos ecos aqui do resultados da pesquisa com questionários que, como vimos, tem como um de seus resultados o fato de que embora a maioria usasse a cor da pele como critério para a auto-classificação, não considerava a cor da pele como algo relevante.

O que não está longe do que diversos estudos sócio-antropológicos têm ressaltado no país, em que uma certa manipulação classificatória dos atores sociais é vista como uma das características do sistema classificatório brasileiro. O que é relevante se sublinhar aqui é que a adoção das cotas na UFS, ao contrário do que previam alguns dos seus críticos, de que elas gerariam tensões raciais, não se confirmaram. Todos os participantes foram unânimes em afirmar que não sentiam discriminações contra cotistas em seus cursos.

O que aparece de forma clara nos debates gerados nesse grupo é que as tensões que são perceptíveis são as tensões de origem social, pois, sobretudo nos cursos de medicina e direito, haveria uma tendência a se formarem grupos a partir de determinadas características sócio-econômicas (quem tem ou não carros, quem frequenta ou não certos ambientes e espaços sociais, quem vem ou não de determinadas escolas, quem é ou não membro de certas famílias, etc.). Essas tensões não se traduzem necessariamente em conflitos, mas sobretudo em formação de patotas e grupos de amigos.

Temos aqui dito de forma clara algo que as estatísticas mostravam. As cotas geram uma maior mistura social, porém, isso não significou uma maior integração dos membros das classes populares à rede de sociabilidade das classes mais abastadas. Temos aí, certamente, o principal efeito das cotas no sentido mais amplo. E embora não

possamos pensar nisso senão a nível de hipóteses e previsões, não se pode deixar de pensar que o fato das cotas estarem levando membros da elite a conviverem com estudantes das classes populares e vice-versa, pode estar criando talvez condições para a superação de um das mais presentes formas de discriminação em nossa sociedade, que é a discriminação social. Apesar de a questão racial não ter aparecido nessas discussões como fonte de tensão (apareceu como estranhamento na voz de um dos participantes da pesquisa, na medida em que havia poucos pretos entre os estudantes de medicina, mesmo após as cotas), essa possibilidade não pode deixar de ser estendida também para essa discussão.

Outro elemento que aparece nesses grupos focais é a importância dada aos esforços individuais dos cotistas para estarem na universidade. Os atores tendem a valorizar seus esforços e sacrifícios em oposição aos jovens oriundos das classes mais abastadas que teriam tido condições de vida mais favoráveis ao estudo e à entrada na universidade.

Um último ponto que merece aqui destaque refere-se ao impacto sobre suas famílias da entrada dos cotistas na universidade. Alguns dos membros participantes do grupo focal vão ressaltar o fato de que vinham de famílias que valorizam os estudos como meio de ascensão social, de modo que as vezes eles não são os primeiros dos filhos a entrarem na universidade. Nesse caso, o diferencial teria sido o fato de entrarem em cursos de grande concorrência, fato improvável sem a adoção de cotas.

Contudo o exemplo mais interessante foi o de uma jovem que, oriunda de um dos bairros mais violentos e pobres da cidade, é a segunda colocada na classificação geral do vestibular para o seu curso (da área de humanidades, sem muito prestígio social). No seu relato, o fato de saber que as cotas estavam em vigor foi um elemento importante para a tomada de decisão para participar do processo seletivo do vestibular, o que nos dá uma idéia do efeito psicológico das cotas sobre o imaginário dos jovens oriundos das escolas públicas e de bairros populares, os quais tendem a não ver a entrada na universidade como uma possibilidade factível. Na fala dessa jovem, quando seus familiares souberam que ela havia passado no vestibular, houve uma certa comoção entre os mais velhos, com choros e depoimentos públicos nas reuniões da igreja frequentada por eles. Isso teria

ainda transformado essa jovem em uma espécie de modelo para os irmãos e vizinhos menores, que passam a ver os estudos com um caminho possível para pessoas em suas condições.

Ora, embora essa pista deva ser seguida com cuidado antes de avançarmos generalizações menos locais em futuras pesquisas, para que possamos ter dados consistentes sobre o real impacto das cotas nas vidas das famílias de baixa renda que têm membros ingressando nas universidades por esta via de acesso, não se pode deixar de por como hipótese de trabalho a ideia de que um dos efeitos possíveis das cotas tem sido exatamente o de potencializar mudanças simbólicas como essa que ocorreu com essa jovem citada anteriormente.

Algo que traz para o debate sobre as cotas não apenas o universo interno das universidades, com suas idiossincrasias e tradições, mas também para o universo das realções sociais no cotidiano das populações de baixa renda, público alvo das ações afirmativas na UFS.

## **O IMPACTO DAS COTAS NOS DEBATES PÚBLICOS LOCAIS**

Realizamos anteriormente pesquisas sobre os termos do debate em torno das cotas e outras formas de ações afirmativas em órgãos da imprensa no Brasil e na França (Neves, 2009). Contudo, as discussões em órgãos da imprensa não dão conta necessariamente como o debate aparece a nível local e nos eventos organizados especificamente para discutir as cotas.

Nesse sentido, buscamos nas páginas a seguir, sintetizar alguns dos debates locais acerca das cotas com vistas a melhor entender o modo como estas são percebidas e interpretadas pelos atores sociais em seus cotidianos.

Algo perceptível em diversas falas sobre o assunto é que a oposição às cotas raciais dá-se tanto por uma questão de princípios ideológicos de justiça quanto por medo de que elas tragam consigo a guerra entre os grupos raciais e, ao mesmo tempo, entre as classes sociais. O debate aparece pois marcado pelo medo de um desvendamento de conflitos de classes, vistos como inexistentes anteriormente.

Isso aparece claramente na fala de uma aluna de escola privada em uma audiência pública na OAB-SE sobre as cotas. Para ela “... o objetivo deve ser a melhoria da qualidade do ensino público e não criar uma guerra entre as classes sociais.” Essa mesma aluna alegava que se deveria ter alocado novas vagas para as cotas e não ter dividido as vagas já existentes; da forma como haviam sido implantadas, as cotas eram mais uma proposta demagógica, pois não alteravam a qualidade do ensino público e, ao mesmo tempo, davam a impressão de estarem resolvendo a situação dos alunos pobres.

Esse argumento da demagogia aparece também nos discursos de representantes de escolas privadas nesse mesmo encontro público. Para eles, as cotas são meios para governos incompetentes e descompromissados com a educação adotar medidas paliativas e demagógicas. Dá-se a impressão de estar resolvendo um problema de acesso às universidades, sem contudo investir novos recursos na ampliação da rede universitária pública de tal modo a acolher a maioria dos jovens ao término do ensino médio.

Para ele ainda, o princípio da meritocracia não podia ser menosprezado ou deixado em um segundo plano, sob pena de inverter os valores que ordenam a sociedade.

Esses debates públicos eram pois oportunidades para diversos grupos externarem suas posições e, também, para influenciarem a formação das opiniões. Razão pela qual nesses debates não apenas responsáveis de escolas públicas estavam presentes como também membros dos movimentos negros e de outros movimentos sociais engajados na defesa das cotas como medidas reparatórias e igualitaristas.

Em questionários aplicados a diferentes grupos sociais que participavam de cursos sobre direitos humanos organizados pelo ministério da justiça e voltados para professores da rede pública de ensino fundamental e médio e para militantes de movimentos sociais, bem como em questionários aplicados a alunos secundaristas do segundo grau em escolas privadas, percebeu-se uma certa uniformização dos argumentos usados para apoiar ou, ao contrário, refutar as cotas (as quais aparecem nos discursos na sua vertente meramente racial).

Os argumentos favoráveis podem ser assim listados:

- a) as cotas como medidas reparatórias de uma longa história de discriminação e exclusão;

- b) cotas como meios de ampliar a igualdade material entre os grupos, lutando assim contra as desigualdades materiais, vistas como as mais urgentes no país;
- c) as cotas como meios de ampliar a auto-estima dos afro-descendentes, ao tornar possível o ingresso dos mesmos nas universidades;
- d) as cotas como meio de favorecer uma igualdade de direito entre brancos e negros, rompendo com a lógica do racismo e do preconceito;
- e) as cotas como meios para favorecer a diversidade cultural no âmbito universitário.

De igual modo, os argumentos contrários abordavam as seguintes temáticas:

- a) as cotas são discriminatórias, não levam em conta o princípio da igualdade jurídica entre todos os cidadãos;
- b) as cotas são injustas, pois não levam em conta o princípio da meritocracia;
- c) as cotas são anti-producentes, pois promovem a estigmatização dos cotistas;
- d) as cotas não melhoram a qualidade da educação pública; para isso tem-se de investir mais recursos públicos na educação básica;
- e) as cotas aparecem no debate como dádivas do governo, sem mobilizações sociais importantes em torno das mesmas; isso geraria uma maior dependência da população frente ao Estado.

Nessa rápida análise, percebe-se que enquanto os argumentos dos que apóiam as cotas reforçam o caráter distributivo e de reconhecimento da diversidade cultural da população negra, os argumentos contrários centram-se na defesa da igualdade jurídica e da meritocracia como princípios básicos da ordem democrática e do individualismo moderno. Daí talvez, as críticas ao intervencionismo estatal na repartição dos lugares e posições na ordem social, ao invés de criar as condições básicas para uma competição igualitária.

Ora, para os afeitos aos debates no âmbito da filosofia política moderna, torna-se claro que muitos argumentos usados pelos atores sociais no debate em torno das cotas têm pontos em comum com os argumentos dos filósofos sobre o justo e o injusto.

Podemos, pois, falar de modos de pensar a justiça divergentes, ou, para usarmos uma expressão cara a autores como Boltanski e Thévenot (1992), em regimes de



justiça em disputa pela legitimidade para pensar uma temática social. Daí talvez a virulência dos embates e das discussões sobre a temática e a fixação na questão racial no debate.

Como vimos, um ponto central nesse debate é a primazia dada às cotas raciais. Há certamente várias explicações possíveis para esse fenômeno, mas não seria absurdo afirmar que isso se dá pelo fato desse tipo de cotas mexer com imaginário social criado em torno das relações raciais no país desde os anos 1930. Daí porque o argumento da impossibilidade de se determinar quem é preto ou branco no Brasil é tão invocado por opositores ao sistema de cotas.

E, no material empírico colhido, o fato de que alguns cotistas utilizem a auto-classificação racial de forma utilitária para obter melhores condições de concorrer ao vestibular, parece ir na mesma direção, uma vez que a plasticidade auto-classificatória dos brasileiros tem sido sublinhada por diversos autores.

Isso tem contradições interessantes, na medida em que leva muitos a admitirem a existência de preconceitos e de seus efeitos mas não a adoção de políticas específicas para lutar contra elas (a exemplo da maioria dos alunos que responderam ao survey na UFS). Algo como se a identificação fosse possível ao nível da discriminação, mas não ao nível das políticas focadas.

Ocorre que no 'regime de justiça' em vigor no domínio do combate às desigualdades, a legitimidade da ação reparativa de injustiças está na área social, compreendida como de acunho essencialmente material.

As tensões que atravessam esse debate estão pois atravessadas por essa ambigüidade. Isso é reforçado, por outro lado, pelos que defendem as cotas raciais sem necessariamente defender que elas devem ser acompanhadas por critérios sociais preliminares. Nesse sentido, estes argumentos cristalizam a oposição entre racial e social do mesmo modo que os atores que desqualificam o critério racial como eixo de políticas públicas.

No âmago desse debate, encontra-se a temática, trazida a lume por autores ligados à filosofia política, acerca da complementaridade entre os critérios de distribuição dos recursos materiais e o reconhecimento de demandas por direitos simbólicos. Como Fraser (2002) tem defendido nesta última década, para se pensar em uma sociedade

justa em nossa época, há que se adotar uma postura sobre a justiça que leve em conta tanto o reconhecimento quanto a redistribuição (sobretudo quando se trata de grupos considerados minorias sociais).

O que nos faz lembrar que se a filosofia política não pode nos dar uma resposta pronta e acabada sobre o justo e o injusto, como queria Rawls (1992), por exemplo, ela pode nos ajudar a pensar soluções possíveis para nossos problemas que levem em conta nossas especificidades sócio-culturais, econômicas e históricas, mas que não estejam restritas a elas, sob pena de reproduzirmos situações de desigualdades já conhecidas.

## BIBLIOGRAFIA

- BOLTANSKI, Luc e THEVENOT Laurent (1991), *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris, Gallimard.
- DUBET, F. (2006). *Les Injustices*. Paris, Seuil.
- FRASER, Nancy e HONNETH, Axel (2003). *Retribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. Londres e Nova York, Verso.
- FREYRE, G. (1933/1983). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- FRY, Peter e MAGGIE, Yvonne. (2002), “Le Débat Qui n’a Pas eu Lieu : Les Quotas Pour les Noirs Dans les Universités Brésiliennes”, in: *Cahiers du Brésil Contemporain*, n° 49/50, 2002, p. 167-182.
- GUIMARÃES, A.S.A. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- HASENBALG, Carlos. (1979), *Discriminações e Desigualdades Raciais no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal.
- MUNANGA, K. (1996). As facetas de um racismo silenciado. In L.M. Schwarcz & R. da S. Queiroz (Orgs.), *Raça e Diversidade* (pp. 213-229). São Paulo: EDUSP.
- NOGUEIRA, Oracy (1998), *Preconceito de Marca: As Relações Raciais em Itapetininga*, São Paulo, edUSP.
- NEVES, Paulo S. C. (2000). A Questão Negra em Sergipe: visões de militantes e de não-militantes In: XXIV ANPOCS, Caxambu. Cdrom.
- NEVES, Paulo S. C. (2001). Raça e Região: Elementos Preliminares de uma Discussão. In: *As Ciências Sociais: Desafios do Milênio*. Natal : EDUFRN, 2001, p. 174-200.
- NEVES, Paulo S. C. (2002). Direitos Humanos e cidadania simbólica no Brasil. In: Rubens Pinto Lyra (org.). *Direitos humanos: os desafios do século XXI. Uma abordagem interdisciplinar*. Brasília: Brasília Jurídica.
- NEVES, Paulo S. C. (2005a). Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: , v.20, n.59, p.81 - 96.
- NEVES, Paulo S. C. (2005b). Identité Noire et Identité Nationale dans le Brésil Contemporain. *REVUE TEXTURES*, v. 1, n. 16, p. 103-110.
- OKIN, Susan Moller (1989). *Justice, Gender and the Family*. New York, Basic Books.
- SANSONE, Lívio. (2004). *Negritude sem etnicidade*. Rio de Janeiro, Pallas.
- SOWELL, Thomas. *Affirmative Action Around the World. An Empirical Study*. New Haven and London: Yale University Press, 2004.
- TURRA, C., & VENTURI, G. (1995). *Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.
- WALZER, M. (1983). *Spheres of Justice*. N.Y., Basic Books.